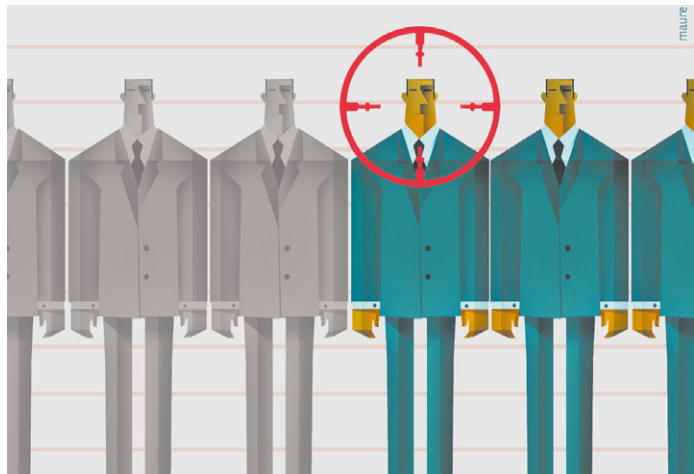


NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Bolsonaro exonera ministro para salvar a reeleição

O presidente Jair Bolsonaro exonou, ontem, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, o quarto titular da pasta em seu governo. Pastor presbiteriano e professor, no comando do ministério desde julho do ano passado, não suportou o desgaste provocado pelas denúncias de que havia um gabinete paralelo no MEC, no qual dois pastores evangélicos supostamente distribuíam verbas oficiais em troca de propinas.

Ribeiro nega as acusações, que foram corroboradas por denúncias de prefeitos abordados pelos pastores Gilmar Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil Cristo Para Todos (Conimadb), e Arilton Moura, ligado à Assembleia de Deus. A queda do ministro ocorre uma semana após a revelação de uma gravação, pelo jornal Folha de São Paulo, na qual o ministro disse repassar verbas do ministério para municípios indicados por dois pastores, a pedido do presidente Jair Bolsonaro.

Ribeiro tentou desdizer a afirmação, para proteger Bolsonaro, mas o escândalo ganhou outra dimensão após prefeitos revelarem os pedidos de propinas, inclusive em barras de ouro. A reação negativa na opinião pública levou integrantes da própria base do governo a pedir a cabeça de Ribeiro, inclusive parlamentares ligados aos setores evangélicos.

As pesquisas de opinião também revelaram as denúncias já estavam começando a contaminar a imagem do presidente Jair Bolsonaro, além de terem saído de controle do Palácio do Planalto, porque o procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu a abertura de investigações sobre o caso à Polícia Federal. Sem ocupar nenhum cargo no governo, os pastores participaram de reuniões com autoridades e encontros com Bolsonaro, além de fazerem a intermediação com prefeitos para liberação de recursos, o que por si só seria uma não-conformidade.

Nova postura

A exoneração do ministro Ribeiro foi uma mudança de postura de Bolsonaro, que costuma resistir à demissão de auxiliares quando sofrem denúncias da imprensa. Geralmente, elas só ocorrem quando o desgaste político começa realmente a incomodar os aliados do governo no Congresso, ainda mais em se tratando de um ministro alinhado ideologicamente com o presidente da República.

O Ministério da Educação é considerado estratégico por Bolsonaro, que estabeleceu como uma de suas prioridades combater a influência de intelectuais e educadores na política do educacional do governo. Essa orientação era preconizada pelo falecido escritor Olavo de Carvalho, que combatia o chamado "marxismo cultural", como chamava a histórica influência das ideias progressistas na cultura e na educação.

AS PESQUISAS DE OPINIÃO TAMBÉM REVELARAM QUE AS DENÚNCIAS JÁ ESTAVAM COMEÇANDO A CONTAMINAR A IMAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ALÉM DE A CRISE TER SAÍDO DE CONTROLE

Santista, Ribeiro é graduado em teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul, doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em direito constitucional pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, da qual foi vice-reitor. Pastor da Igreja Presbiteriana, chegou a ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por crime de homofobia. Ribeiro atribuiu a homossexualidade a "famílias desajustadas".

A dura reação às denúncias por parte da oposição e dos setores ligados à educação pública, gratuita e laica não foi à causa da demissão. As evidências de que existia

um esquema de corrupção no Ministério da Educação, anterior até à chegada de Ribeiro, criaram um clima favorável à instalação de uma comissão parlamentar de inquérito no Congresso para investigar o caso. O alarme de perigo à vista no Palácio do Planalto, do qual os dois pastores eram frequentadores habituais, selou o destino do ministro.

Um dos mantras do presidente Jair Bolsonaro e dos seus aliados é de que não há corrupção no governo. Nesse escândalo, marcado pelo simbolismo inédito do pedido de barra de ouro, o principal beneficiário eleitoral seria o ex-juiz Sérgio Moro, pré-candidato a presidente da República empunhando a bandeira da Lava-Jato.

Eduardo e Doria

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou ontem que está deixando o cargo. Em entrevista coletiva no Palácio Piratini, anunciou também que pretende permanecer no PSDB. A decisão de Leite pôs uma saída justa no governador de São Paulo, João Doria, que está sendo pressionado a desistir da candidatura à Presidência, porque não deslança nas pesquisas de opinião.

No domingo, em entrevista, Doria disse que as articulações para removê-lo da disputa em favor de Eduardo Leite são um golpe nas prévias do PSDB, nas quais foi escolhido. Ontem, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que apoia Doria, disse que o resultado das prévias deve ser respeitado. À época o governador paulista obteve 53,99% dos votos nas prévias, enquanto Leite registrou 44,66%. O ex-senador Arthur Virgílio ficou com 1,35% dos votantes.

POLÊMICA

Após desgaste, PL desiste de ação contra Lollapalooza

No sábado, o partido do presidente acionou a Justiça eleitoral contra festival de música por manifestação em prol de Lula, alegando campanha antecipada

» LUANA PATRIOLINO
» VICTOR CORREIA

O veto às manifestações eleitorais no Lollapalooza gerou o efeito contrário ao pretendido pelo Partido Liberal, do presidente Jair Bolsonaro. A legenda desistiu da ação contra o festival de música na noite de ontem, na qual, antes, acusava artistas e organizadores de propaganda eleitoral antecipada.

Ação conseguiu uma decisão provisória, dada de forma monocrática pelo ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proibiu manifestações de cunho político durante os shows, realizados em São Paulo, no fim de semana.

O assunto também causou incômodo no presidente do TSE, Edson Fachin, que pretendia levar o caso com urgência ao plenário da Corte. O magistrado afirmou que o histórico da Corte é de defesa "intransigente" da liberdade de expressão. Decisões monocráticas são levadas para apreciação do tribunal pelo presidente do TSE, para os demais ministros manterem ou cancelarem a determinação.

A liminar do ministro Raul Araújo também determinou multa de R\$ 50 mil para a organização do Lollapalooza caso artistas se manifestassem politicamente durante o evento. A determinação atendeu a uma ação do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, após manifestações da cantora Pablo Vittar em prol do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante um show.

Os advogados mencionaram a realização de propaganda eleitoral irregular, mas, na noite de ontem, formalizaram a desistência da ação, por conta da repercussão negativa. Além de uma fatia da população, artistas, políticos e juristas se posicionaram contra a proibição alegando censura.

A retirada da peça atende a um pedido feito pelo próprio Bolsonaro, que acreditava não ter sido consultado sobre a ação. O chefe do Executivo ficou enfurecido com o desgaste sofrido.

Em documento encaminhado à Corte eleitoral, a organização do evento afirmou não ter como cumprir a determinação que "veda manifestações de preferência política" durante a apresentação dos artistas, tampouco controlar e proibir o conteúdo das falas, visto que o show não

Reprodução



PL entrou com ação após declaração da cantora Pablo Vittar em favor de Lula, na sexta

Fim de semana do barulho

Sábado

O Partido Liberal, do presidente Jair Bolsonaro, entra com uma ação no TSE por entender que as manifestações das cantoras Pablo Vittar e Marina durante os shows no Lollapalooza, no dia anterior, se enquadraram como propaganda eleitoral.

Domingo

Em decisão monocrática, o ministro Raul Araújo acatou o pedido. Políticos e artistas criticam a decisão do ministro do TSE. Eles apontaram censura na decisão do órgão e lembraram de ocasiões anteriores que manifestações pró-governo foram mantidas.

Segunda-feira

Após repercussão negativa e o pedido de urgência da apreciação da matéria pelo plenário do TSE, o Partido Liberal desiste da ação contra o Lollapalooza por conta da repercussão negativa. A peça também causou a ira do presidente Jair Bolsonaro que teme ainda mais desgaste em seu governo.

foi contratado com o objetivo de "promover qualquer candidato ou influenciar na campanha eleitoral".

A organização ainda ressaltou que os episódios representam "o exercício regular da liberdade de expressão" e são manifestações de caráter pessoal e de responsabilidade exclusiva dos artistas.

Juristas opinam

Uma discussão jurídica se formou acerca do assunto. Especialistas ouvidos pelo **Correio** analisaram se a proibição à artista seria configurada censura ou realização de propaganda eleitoral irregular. Para o advogado Renato Ribeiro de Almeida,

especialista em direito eleitoral, a decisão do TSE teria grandes chances de ser derrubada pelo próprio plenário da Corte.

"Primeiro, nós não temos, nesse caso, um comício. Ou seja, um evento promovido com o propósito de se fazer uma manifestação política, mas sim um evento artístico", apontou.

"Houve uma manifestação, mas é uma manifestação do artista que faz parte da sua própria performance. Não há como a Justiça Eleitoral coibir essa manifestação pró ex-presidente Lula, ou manifestação de qualquer outro artista", destacou.

Na avaliação do ex-ministro da Advocacia-Geral da União (AGU) Fábio Medina, a decisão

inicial do magistrado do TSE foi correta. Para ele, a manifestação caracteriza, sim, propaganda eleitoral. "A liberdade de expressão não é absoluta, mas se dá nos limites da lei. Se [alguém] quiser promover campanha eleitoral, tem que realizá-la nos limites do TSE", afirmou Medina.

Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) se manifestou contra a decisão e afirmou que vê com preocupação a proibição de uma manifestação política no festival. "A liberdade de expressão, por meio da manifestação espontânea e gratuita de ideias, é essencial para assegurar a continuidade democrática e fomentar o debate público sobre eleições", diz.

Celso de Mello avalia decisão como totalitária

» MICHEL MEDEIROS
ESPECIAL PARA O **CORREIO**

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello classificou como "totalitária" e "despótica" a decisão do ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que proibiu protestos contra o presidente Jair Bolsonaro (PL), durante os shows do festival Lollapalooza.

O magistrado fez uma alusão à obra *1984*, de George Orwell. "Impressionante e atual, na expressão de Orwell, a manifestação mais distópica da mais alta Corte Eleitoral", afirmou. "O TSE, com essa recentíssima decisão no caso do espetáculo Lollapalooza, ter-se-ia transformado em instrumento da vocação totalitária do 'Grande Irmão (Big Brother)'? E passou, na novilíngua do Estado totalitário, a observar (e a respeitar) o lema autocrático 'Guerra é paz. Liberdade é escravidão. Ignorância é força?'", completou.

Celso de Mello recordou a privação da liberdade e do livre pensamento, destacadas na obra. "O poder totalitário do Estado é sempre um poder cruel e cínico, que proíbe o cidadão de pensar e de livremente expressar

Nelson Jr. /SCO/STF



Ministro aposentado manifestou repúdio ao entendimento favorável a proibição dos atos

o seu pensamento e que o submete a um regime de opressão, interditando o dissenso, vedando o debate e impedindo a livre circulação de ideias."

Para concluir, na nota encaminhada à revista *Veja*, o jurista deixou claro seu repúdio ao entendimento de Araújo. "Me rece o repúdio dos que respeitam o regime democrático e a liberdade de manifestação do pensamento !."

Big Brother

O livro *1984*, escrito pelo autor George Orwell, conta a história de um homem de 39 anos que vive em uma sociedade distópica, num mundo dividido em três grandes potências: Laurásia, Lestásia e Oceania, onde vive Smith.

Na obra, todos os habitantes destas sociedades são monitorados por câmeras, as teletelas,

como descritas no livro, e totalmente submissos à vontade do Grande Irmão (Big Brother), que representa o Partido.

O governo autoritário baseia-se em fundamentos contraditórios, enxergando a guerra como essencial à manutenção da sociedade e fonte da paz. A vida com condições sub-humanas como sinônimo de liberdade e, principalmente, a ignorância como significado de força.